

Notícias: junho a abril de 2009

Serviço Florestal abre consulta pública para plano de outorga 2010

Documento recebe sugestões de organizações civis, empresas e entidades públicas até 19 de julho

O Serviço Florestal Brasileiro abriu consulta pública para o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2010, documento que traz a relação das florestas federais passíveis de concessão no período. Os interessados têm até 19 de julho para enviar as sugestões. O PAOF está disponível em <https://www.florestal.gov.br>.

A meta do Serviço Florestal é que 2 milhões de hectares em 27 unidades de conservação tenham sido objeto de licitação até o final de 2010. O número compreende florestas nacionais e APA que tiverem consolidadas as condições institucionais para a realização de concessões, entre elas a aprovação do plano de manejo ou relatório ambiental preliminar e a implantação dos conselhos consultivos, e que, quando submetidas a critérios de viabilidade sócio-econômica-ambiental, mostraram-se viáveis para a realização de concessões florestais.

Embora as florestas públicas federais ocupem 196 milhões de hectares no país, apenas 41 milhões pode ser objeto de concessões florestais. O quantitativo exclui unidades de proteção integral, áreas de relevante interesse ecológico (Aries), reservas de desenvolvimento sustentável (RDSs), reservas extrativistas (Resex) e áreas militares.

Para que empresas de diferentes tamanhos participem das licitações, a lei 11.284/06 estabelece que os editais tragam mais de uma categoria de unidades de manejo. Uma delas deve ser de pequeno porte, ou seja, de até 20 mil hectares, e as demais podem ser de médio porte – entre 20 mil e 40 mil hectares, ou de grande porte maiores que 40 mil hectares, para concessões na Amazônia.

Consulta

A legislação não exige que o PAOF seja colocado em consulta pública, mas Serviço Florestal tem adotado a medida para tornar o processo transparente e estimular sua divulgação. As concessões são um novo modelo de gestão florestal. Quanto maior a participação da sociedade melhor será a implementação e a gestão das florestas públicas”, diz o gerente-executivo de Planejamento do Serviço Florestal, Marcus Vinícius da Silva Alves.

As sugestões deverão ser encaminhadas para o e-mail planejamento@florestal.gov.br, onde serão avaliadas, podendo, caso pertinentes, serem incorporadas à versão final do documento, que será concluído

até 31 de julho. Apesar de se referir apenas a 2010, o PAOF é elaborado com antecedência para que estados e municípios, empresas e organizações civis conheçam a proposta do governo federal sobre onde estão e quais são as florestas passíveis de concessão.

Alves explica que a divulgação do PAOF potencializa as ações dos governos federal e estadual para fins de concessão florestal relativas, por exemplo, à regulação da oferta de matéria-prima florestal. A disponibilização do documento permite ainda que o setor privado planeje a participação nas licitações e que as organizações civis se organizem em torno de futuras demandas.

As concessões florestais surgiram com o objetivo de estimular a oferta de madeira legal, evitar o desmatamento e buscar o uso sustentável das florestas, com a extração de produtos como óleos e resinas.

Publicado: terça-feira, 23 de junho de 2009, 12h35.

Unidade Regional Sul realiza oficina de capacitação em inventário florestal

Com o intuito de apresentar e discutir os procedimentos utilizados no inventário de plantios florestais, a Unidade Regional Sul do Serviço Florestal Brasileiro realiza no período de 16 a 19 de junho, capacitação voltada aos técnicos e gestores das Flonas, analistas ambientais do Instituto Chico Mendes e do Serviço Florestal. O objetivo é habilitá-los na execução e planejamento de inventário, bem como na interpretação e análise de seus resultados.

As palestras serão ministradas por especialistas da Embrapa Florestas, do Serviço Florestal Brasileiro e por professores da Universidade Federal do Paraná, que abordarão diversos temas, entre eles: variáveis dendrométricas em inventários; conceito de amostragem e de erro amostral em inventário florestal; apresentação de software para processamento de inventário, auditoria e controle de qualidade em inventário florestal, além de uma abordagem sobre a área a ser inventariada, usando recursos de SIG.

Na programação constam ainda aulas práticas do uso de GPS, de instalação e medição de árvores nas parcelas, bem como da aplicação do software Sispinus para prognose da produção de madeira de plantios florestais, incluindo classificação da madeira por tipo de uso, simulação de desbastes e avaliação econômica das possíveis alternativas de manejo.

O chefe da Unidade Regional Sul, Carlos Alberto Ferreira, considera que esta é uma oportunidade de relembrar conceitos e atualizar conhecimentos sobre procedimentos para inventário de plantios florestais. O evento será importante como subsídio para licitações e avaliações necessárias aos planos de manejo.

Deverá ainda facilitar futuras auditorias e avaliações de qualidade de serviços de inventário prestados por terceiros.

Curso Capacitação em Inventário de Plantios Florestais

Data: 16 a 19 de junho de 2009

Local: Dependências do CNPF Embrapa e sede da U.R. Sul – Paraná

Horário: 8:30h às 17:15h

Telefone: (41) 3675-5679

Publicado: segunda-feira, 15 de junho de 2009, 12h39.

Saracá-Taquera: eventos vão debater edital no Pará

Municípios vão receber parte dos recursos obtidos com a concessão. Expectativa é de R\$ 340 mil por ano

O serviço Florestal Brasileiro vai promover em Belém, Santarém e Oriximiná, na próxima semana, encontro com a comunidade para apresentar o edital de concessão florestal na Flona de Seracá-Taquera. Os eventos serão abertos ao público em geral. Os técnicos farão uma apresentação sobre as normas da licitação que vai escolher três empresas para fazerem o manejo florestal sustentável na unidade. Depois estarão disponíveis para tirar dúvidas dos interessados.

A concessão na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará, lançada pelo Serviço Florestal Brasileiro, deve gerar 2,6 mil empregos diretos e indiretos e trazer melhorias em infraestrutura para os três municípios ligados à região – Oriximiná, Faro e Terra Santa.

Segundo o edital de licitação, 60% da pontuação das empresas será calculada com base em critérios sociais, ambientais e econômicos, o que inclui o número de postos de trabalho a serem abertos e os investimentos na região. Os municípios também terão direito a 30% dos recursos obtidos com a concessão quando a empresa já tiver pago o valor mínimo ao governo.

“Isso reflete uma forma diferente de realizar licitações, em que não só a questão do preço, do valor financeiro, a ser ofertado é importante, mas principalmente, como você potencializa os benefícios da concessão florestal”, diz o gerente de Concessões do Serviço Florestal, Marcelo Arguelles.

Benefícios

O julgamento das propostas levará em consideração critérios sociais, que incluem quanto as empresas vão investir em infraestrutura e serviços para a comunidade local, e o número de empregos que vão gerar.

O aumento de oportunidades é um dos temas que mais interessa à comunidade. “Sabemos que essas empresas precisam trazer técnicos de fora, mas há setores em que somos capacitados para fazer o trabalho e gente quer que esses empregos sejam dedicados ao município, aos comunitários”, diz o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Santa, Jorge Canuto. O município, situado na área da floresta, tem 15 mil habitantes.

Para o presidente da Câmara Municipal de Terra Santa, Raimundo Consentini, a melhoria das condições socioeconómicas do local está atrelada ao uso das potencialidades da região pelas empresas. “Este Poder Legislativo terrasantense manifesta apoio à implantação do projeto de manejo sustentável desde que contemple e atenda às questões as quais consideramos de fundamental importância”, afirma.

Processamento

Além dos critérios sociais, as empresas que atenderem a mais critérios ambientais terão melhor nota. Para isso, elas devem se propor a monitorar o crescimento da floresta e a reduzir os danos durante a exploração, por exemplo, na abertura de estradas para escoar a produção.

O processamento dos produtos na própria região também conta pontos no julgamento da proposta e está dentro dos 60% de pontos dos critérios socioambientais. A realização dessa atividade no local é de interesse de Consetini. Entre as questões que considera de maior importância na concessão, está a “garantia de que o beneficiamento da madeira seja feito no próprio município.”

Parcerias

As empresas poderão, ainda, investir em parcerias com os moradores locais. O presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná, Carlos Prints, diz que a cooperação para exploração da castanha, cuja exploração é exclusiva da comunidade, seria bem-vinda. Açaí e palmito também são de uso apenas dos atuais habitantes.

“A gente extrai para vender e conseguir o recurso para as comunidades. Se a própria empresa, como parceira, comprar os produtos por um preço justo, vai melhorar para as comunidades”, diz. Embora as empresas possam retirar óleos e sementes das árvores, estão proibidas de extrair a castanha, produto da economia desses moradores.

A Associação pretende comprar uma máquina para beneficiar a castanha para conseguir um preço melhor pelo produto. Uma caixa de 42 litros de castanha com casca sai por até R\$ 22,00. Já o quilo de castanha descascada – cabem em torno de 8 quilos na caixa de 42 litros – custa cerca de R\$ 30,00.

Quanto mais produtos diferentes as empresas explorarem, melhor será a nota delas. No edital, esse item está dentro do critério de eficiência, valoriza também a diversidade de espécies envolvidas na exploração e na diversidade de serviços oferecidos, por exemplo, turismo.

Recursos

Ao lado dos investimentos que as empresas podem fazer diretamente na região, os três municípios – Terra Santa, Oriximiná e Faro – que estão na área da floresta, poderão receber recursos e aplicá-los na gestão florestal.

O envio dos recursos, porém, está condicionado à instalação de conselhos de meio ambiente, com participação da população. “O Conselho é que vai decidir como usar os recursos”, diz o coordenador de editais e licitações do Serviço Florestal, Luiz César Lima. A estimativa é de que a concessão renda, por ano, em torno de R\$ 340 mil para cada municípios.

Além dos municípios, o Serviço Florestal, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, os estados e o Fundando Nacional de Desenvolvimento Florestal receberão recursos da exploração da Floresta de Saracá-Taquera.

Serviço

Apresentação do Edital de Concessão na Floresta Nacional de Saracá-Taquera

Cidade: Belém

Data: 29 de junho

Horário: 9h

Local: Federação das Indústrias do Pará

Cidade: Santarém

Data: 30 de junho

Horário: 14h

Local: Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Santarém

Cidade: Porto Trombetas

Data: 1º de julho

Horário: 8h30

Local: Centro Comunitário de Porto Trombetas

Cidade: Terra Santa

Data: Dia 2 de julho

Horário: 9h30

Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Santa

Cidade: Oriximiná

Data: 3 de julho

Horário: 9h

Local: Câmara Municipal de Oriximiná

Publicado: terça-feira, 09 de junho de 2009, 12h41.

Programa de manejo comunitário beneficia ribeirinhos, indígenas e quilombolas

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta sexta-feira, 5, no município de Caravelas (BA), o decreto que institui o Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, que vai beneficiar povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas brasileiras. Os ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário vão coordenar a elaboração dos planos de ação para o biênio 2009/2010.

"Pela primeira vez, o governo federal deu um sinal efetivo de apoio, inclusive com recursos orçamentários, ao manejo florestal comunitário", comemorou o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel. Dos 210 milhões de hectares de florestas públicas geridas pelo Serviço Florestal, aproximadamente 60% são de uso de comunidades locais, que deverão ser atendidos pelo Programa.

A iniciativa vai permitir que ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados e agricultores familiares recebam capacitação, apoio técnico e recursos financeiros para trabalhar a floresta de forma sustentável a partir dos planos de manejo comunitário. É por meio desses planos que os habitantes organizam a retirada de madeira e produtos chamados de não madeireiros - óleo, borracha, cascas e frutos - sem esgotar a floresta.

O surgimento do programa atende a uma demanda das próprias comunidades, que, em 2007, se mobilizaram em um congresso internacional no Acre para pedir uma política para o setor. "Esta é, antes de mais nada, uma conquista dos manejadores de floresta, que agora passam a contar com um programa específico", diz a gerente de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal Brasileiro, Márcia Muchagata. A minuta do decreto foi debatida em dois conselhos deliberativos, o Conaflor e o CGFlop, que têm integrantes da sociedade civil.

As comunidades enfrentam obstáculos que vão da baixa articulação social e falta de crédito para comprar equipamentos à dificuldade na aprovação de planos de manejo obrigatórios para esse tipo de exploração econômica. A ideia do programa é agir nesses gargalos.

Com a intervenção do governo, o cenário deve mudar. "A implementação vai gerar novas oportunidades de trabalho e de desenvolvimento das áreas de florestas

brasileiras. O programa vem no sentido de aliar a conservação dos recursos naturais com a geração de renda", diz Márcia.

O engenheiro florestal da Associação Plantas do Nordeste Frans Pareyn, que trabalha com assentados na caatinga, diz que o manejo florestal comunitário pode complementar os ganhos dos habitantes do bioma durante a época de seca. Nesses períodos, o cultivo agrícola não é tão produtivo quanto nos meses de chuva. "Uma família pode tirar, em média, de dois a três salários mínimos por ano com o manejo. Parece pouco, mas é bastante significativo em comparação com as atividades agrícolas", afirma.

Articulação

O Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar será coordenado pelos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. O Serviço Florestal Brasileiro, ligado ao MMA, é um dos órgãos-chave para o Programa, uma vez que tem entre suas atribuições fomentar as atividades florestais sustentáveis. Márcia Muchagata diz que a entidade deve atuar principalmente na capacitação e no apoio direto à implementação dos planos de manejo florestal comunitário.

As ações, prazos e atividades do Programa serão definidos periodicamente em planos anuais de manejo florestal comunitário e familiar. O Serviço Florestal já trabalha na articulação institucional do primeiro deles.

O público em potencial a ser atendido pela política é significativo: quase 60% dos 210 milhões de hectares de florestas públicas são de uso comunitário, ou seja, contam com a presença de comunidades, que têm prioridade na exploração de seus recursos. A eles, somam-se agricultores familiares, 512 mil indígenas que vivem em 105 milhões de hectares de terras, 3.524 comunidades quilombolas já mapeadas pela Fundação Cultural Palmares e 545 mil famílias assentadas na Amazônia Legal.

Demanda

O surgimento da Política atende a uma demanda da sociedade civil, que pedia tratamento apropriado às suas especificidades. Em julho de 2007, lideranças de 17 entidades representativas de povos indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos entregaram uma carta à então ministra Marina Silva com reivindicações do setor.

O grupo, reunido na Conferência Internacional de Manejo Florestal Comunitário realizada em Rio Branco (AC), pedia capacitação e assistência técnica, linhas de financiamento, investimentos em infraestrutura para o beneficiamento e escoamento dos produtos florestais comunitários, um marco de regulação para

produção e comercialização de produtos não madeireiros e a ação conjunta de órgãos fundiários e ambientais para garantir a regularização de terras.

A Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé é uma das entidades que subscreveu o documento. "Este programa deve conter o fortalecimento da identidade das populações tradicionais, a valorização cultural; atender a toda a cadeia de produção; ter apoio ao escoamento da produção", diz a coordenadora-geral, Ivaneide Cardozo.

Saiba mais

O manejo florestal é um planejamento do uso sustentável de qualquer produto oriundo da floresta, entre madeira, óleos, frutos, sementes e essenciais. No caso da madeira, inclui um planejamento que vai da identificação e contagem de todas as árvores à derrubada seletiva para que a floresta não se esgote e seja fonte de renda contínua. Quando essas atividades são gerenciadas por comunidades locais, são chamadas de manejo florestal comunitário.

Publicado: sexta-feira, 05 de junho de 2009, 12h49.

Serviço Florestal debate manejo com comunidades do Pará

As comunidades que vivem na Reserva Extrativista Verde para Sempre, no município de Porto de Moz, no Pará, a 416 km da capital Belém, serão beneficiadas com ações do Serviço Florestal Brasileiro para a exploração sustentável da área.

Mais de 30 comunidades da Resex, que tem mais de 1,3 milhão de hectare, já manifestaram interesse em adotar planos de manejo, forma de extração aprovada pelo Estado que respeita o equilíbrio ecológico da região, motivadas pelo pioneirismo nessa atividade de duas delas.

As comunidades de Juçara e Arimum foram as primeiras a adotar a exploração sustentável, em especial de madeira, assim que a reserva foi criada em 2004. A experiência deles foi analisada pelo Serviço Florestal e se transformou em um relatório que será discutido em reunião na terça-feira, 26, com os participantes e membros de instituições locais na cidade.

"O estudo vai fundamentar a nossa proposta de apoio à melhor implementação dos planos de manejo. A idéia é construir uma proposta com a participação deles e ampliá-los para as outras comunidades", diz a especialista em Políticas Públicas Andrea Oncala.

Entre as atividades que o Serviço Florestal pode promover para os moradores estão cursos de técnicas de manejo, de empreendedorismo e gestão de negócios, de

beneficiamento da madeira em produtos de maior valor no mercado e acompanhamento de projetos.

Vocação

O município de Porto de Moz, de 26 mil habitantes, tem na exploração dos recursos florestais sua vocação. Em torno de 80% da área do município é ocupada pela Reserva Extrativista Verde para Sempre, um tipo de unidade de conservação que permite o uso sustentável de parte de seus recursos naturais.

A criação da reserva impôs um modo de retirada de madeira racional, em contrapartida ao desmate ilegal, que se demonstrou viável economicamente com a atuação da comunidade Arimum, que reúne 36 famílias.

A exploração de 200 hectares via manejo pelos próprios integrantes eliminou práticas pouco eficientes de retirada de madeira e permitiu que os associados alcançassem uma renda superior à média anual de R\$ 2.144 do PIB per capita.

Os moradores conseguiram mais autonomia. "Antes, quem dava o preço da madeira era o patrão. Agora, a gente faz a pesquisa de mercado. A comunidade coloca a madeira no mercado e fecha com quem dá o melhor preço", comemora Josenilde Ribeiro, secretária da Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum.

Serviço

Reunião do Serviço Florestal Brasileiro com membros das comunidades Juçara e Arimum

Local: Av. 19 de Novembro, s/n (sede da Emater), em Porto de Moz, Pará

Horário: 9h às 19h

Dia: 26 de maio de 2009

Reserva extrativista

Unidade de conservação prevista na Lei 9.985/00, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. A reserva extrativista tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Manejo florestal: é um conjunto de procedimentos para produzir madeira e produtos como óleo e borracha com o mínimo de dano à floresta. As técnicas de manejo permitem uma exploração planejada que conserva a floresta em pé e, assim, garante fonte de renda contínua.

Publicado: segunda-feira, 25 de maio de 2009, 12h56.

Serviço Florestal capacita cooperativa no Pará

As comunidades que vivem em região de floresta pública e tiram seu sustento dessa vegetação podem otimizar seus ganhos econômicos quando mais bem orientadas. Pensando nisso, o Serviço Florestal Brasileiro realiza de segunda, 25 de maio, a quarta-feira, um curso gratuito no Pará para cooperados.

Integrantes da Cooperativa Mista Flona Tapajós Verde, que reúne 166 membros, e extraiu em 2008 de forma sustentável quase oito mil m³ de madeira em uma área de 32 mil hectares na floresta nacional do Tapajós, vão ter aulas sobre interpretação e análise de demonstrações contábeis.

“É fundamental que eles saibam fazer a gestão desse empreendimento”, diz a gerente de Florestas Públicas, Márcia Muchagata. “As comunidades são muito boas no produzir, mas o grande gargalo está na hora de fazer a gestão comunitária para colocar os produtos no mercado e assim aferir uma renda maior”, completa.

O presidente da Cooperativa, Sérgio Pimentel, afirma que o curso será importante para o gerenciamento da entidade. “Temos que entender o que o contador está fazendo. A capacitação vai nos ajudar a entender administração e fazer as coisas sozinhos.”

As informações vão colocar o grupo mais perto de cumprir um dos objetivos para o qual surgiu, ou seja, melhorar a condição socioeconômica dos extrativistas. “As empresas vinham aqui e levavam tudo, não ficava nada para a gente. Então, pensamos: por que não a cooperativa explorar e dar oportunidade para as pessoas?”

Em 2006, a Cooperativa Mista Flona do Tapajós retirou madeira manejada em 100 hectares, subiu o número para 500 hectares em 2008, e planeja chegar a 700 hectares em 2009. O grupo é um dos pioneiros na exploração sustentável do recurso e pode se tornar modelo para outras entidades. Além de madeira, os cooperados extraem óleo e látex para produção de manufaturas.

Este é o primeiro curso que o Serviço Florestal promove para comunidades com o tema Avaliação da eficiência financeira e social de cooperativas. Para facilitar o entendimento do assunto, as aulas vão usar balanços contábeis da própria Cooperativa Mista Flona do Tapajós. No ano passado, o mesmo grupo teve aulas sobre funcionamento dessas associações.

“Queremos que eles se tornem autogestionados e possam interpretar e analisar os documentos contábeis, que são fundamentais nas tomadas de decisão”, afirma o administrador especializado em cooperativas, Helio Silva Pontes, que vai ministrar o curso.

Serviço

Curso Avaliação da eficiência financeira e social de cooperativas

Data: 25 a 27 de maio de 2009

Local: Rua Floriano Peixoto, 743 (sede do Sebrae), em Santarém, Pará

Horário: 8h às 18h

Publicado: sexta-feira, 22 de maio de 2009, 13h09.

Serviço Florestal Brasileiro recebe novos servidores com ciclo de palestras

Na próxima segunda-feira, 25, tem início o ciclo de palestras de integração dos novos servidores temporários do Serviço Florestal Brasileiro. Segundo Cristina Galvão Alves, chefe do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal - Cenaflor, "esta é a primeira vez que o órgão, criado há pouco mais de dois anos, recebe servidores, ainda que temporários, para atuarem nas diferentes áreas do Serviço Florestal em Brasília, e nas unidades regionais de Rondônia e Pará e Paraná", afirma.

Setenta e quatro aprovados no processo seletivo, realizado pelo Cespe/UnB, assinaram contrato de trabalho para atuação no Serviço Florestal. Até então, o órgão contava com cerca de 150 trabalhadores, entre os quais comissionados sem vínculo, cedidos, requisitados, temporários e terceirizados.

O ciclo de palestras, com 48h de carga horária, ocorrerá no auditório do Ministério da Cultura, na Esplanada dos Ministérios, durante toda a semana. O diretor geral do Serviço Florestal, Antonio Carlos Hummel, dará as boas-vindas, juntamente com outros dirigentes, na abertura do evento. A senadora e ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva, será uma das palestrantes no primeiro dia do ciclo de palestras.

Dividido em cinco módulos, essa atividade de nivelamento irá tratar de temas como políticas florestais e assuntos específicos de cada área. Mas não estará restrito às ações do Serviço Florestal, deverá abordar assuntos como gestão de conflitos, atuação em grupos e parcerias, assim como princípios e normas da contratação de pessoal por tempo determinado no âmbito do governo federal.

Publicado: sexta-feira, 22 de maio de 2009, 13h06.

Serviço Florestal e Instituto Chico Mendes assinam acordo de cooperação técnica

O Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) assinam acordo de cooperação técnica em Itatituba, município da região oeste do Pará, localizado na área de influência da BR-163.

O acordo firmará parceria entre os dois institutos, com competências diferenciadas, para implantar as Florestas Nacionais da região da BR-163, por meio de ações que incluem a produção de planos de manejo para as unidades que ainda não os possuem; criação de conselhos consultivos, para promover a participação democrática na gestão; capacitação e treinamento técnico, visando à geração de renda na região, entre outras ações.

Segundo Antonio Carlos Hummel, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, "o acordo é um passo fundamental para a estratégia de manter a floresta em pé, a partir da gestão de seus recursos. Com isso, conseguiremos garantir a biodiversidade, a melhoria das condições sociais e a diminuição do desmatamento", afirma.

A parceria envolverá, ainda, estudos, pesquisas, levantamento de dados, análises e notas técnicas em temas de interesse das instituições; além do fomento à produção de produtos florestais não madeireiros, com foco nos produtos da sociobiodiversidade.

Daniel Penteado, coordenador de Florestas Nacionais do ICMBio, garante que "este acordo entre os órgãos traz maior clareza dos papéis de cada um em relação à gestão florestal brasileira", explica. No acordo, caberá as seguintes obrigações de cada uma das partes:

I - ao Serviço Florestal Brasileiro:

1. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Acordo;
2. Fomentar, em articulação com o ICMBio, a formação e a capacitação de analistas ambientais, no que couber, nas atividades e elementos da gestão florestal;
3. Compartilhar com o ICMBio dados e demais informações sobre a gestão florestal, em especial as relacionadas com as concessões em florestas públicas;
4. Exercer as competências relacionadas aos processos das concessões florestais;
5. Apoiar o ICMBio, quando solicitado, na implantação das Florestas Nacionais, especialmente na criação dos Conselhos Consultivos e elaboração e implantação dos Planos de Manejo dessas Ucs;
6. Fomento a produção e manejo florestal sustentável nas Reservas Extrativistas, a partir de demandas do ICMBio;
7. Prestar, quando possível, apoio técnico e logístico ao ICMBio para a fiel execução do objeto deste Acordo de Cooperação;

8. Fomento a recuperação e recomposição florestal em áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a partir de demandas do ICMBio;
9. Fomentar a produção de produtos florestais não madeireiros com foco nos produtos da sociobiodiversidade.

II - do Instituto Chico Mendes:

1. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Acordo;
2. Fomentar, em articulação com o Serviço Florestal, a formação e a capacitação de analistas ambientais, no que couber, nas atividades e elementos da gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
3. Compartilhar com o Serviço Florestal dados e demais informações sobre a gestão de UCs.
4. Exercer as competências relacionadas aos processos de gestão das UCs de Uso Sustentável;
5. Demandar ao Serviço Florestal, quando necessário, ações de fomento a produção e manejo florestal sustentável nas Reservas Extrativistas;
6. Demandar ao Serviço Florestal, com previsão no Plano de Trabalho previsto na Cláusula Terceira, ou em outros documentos formais, apoio na implantação das Florestas Nacionais, especialmente na criação dos Conselhos Consultivos e elaboração e implantação dos Planos de Manejo dessas Ucs;
7. Prestar, quando possível, apoio técnico e logístico ao Serviço Florestal para a fiel execução do objeto deste Acordo de Cooperação;
8. Demandar, quando necessário, ações de fomento a recuperação e recomposição florestal em áreas de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
9. Demandar, quando necessário, ações de fomento a produção de produtos florestais não madeireiros com foco nos produtos da sociobiodiversidade.

III - das PARTES:

1. Empreender esforços logísticos, técnicos e administrativos na implementação e avaliação do presente Acordo;
2. Elaborar, rever, avaliar e monitorar sua execução, em conjunto com o SFB, o Plano de Trabalho anual previsto na Cláusula Terceira;
3. Cooperar, por meio de informações e apoio técnico, na produção de material técnico informativo sobre os resultados deste Acordo de Cooperação;

4. Otimizar a aplicação dos recursos financeiros disponibilizados, no âmbito de cada instituição, para evitar duplicidade de ações, atividades e esforços;
5. Fazer referência a este Acordo de Cooperação Técnica em todos os documentos e produtos dele oriundos.

Publicado: quinta-feira, 21 de maio de 2009, 13h15.

Serviço Florestal promove oficinas para aprimorar a gestão das Flonas na BR-163

Prossegue até o dia 25 de maio a oficina de planejamento participativo – OPP, realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro na cidade de Itaituba, situada no oeste do Pará, na área de influência da BR 163.

A oficina teve início no último dia 20, e conta com a participação de comunidades locais, técnicos do Serviço Florestal, do Instituto Chico Mendes, e grupos de interesse. De acordo com Marcelo Arguelles, gerente executivo de Concessões Florestais do Serviço Florestal, “o objetivo dessa oficina é ouvir os moradores da região para elaborar um desenho das Unidades de Conservação da área que contemple os anseios da comunidade local”.

Ainda na área de influência da rodovia BR-163, o Serviço Florestal está concluindo os planos de manejo das Florestas Nacionais do Amana e do Creopri. As discussões finais para a definição do pré-zoneamento dessas florestas nacionais, ocorreram numa oficina com pesquisadores, promovida pelo Serviço Florestal e Instituto Chico Mendes (ICMBio), na semana passada.

Participaram do evento pesquisadores de diversas áreas, de universidades das regiões Norte e Sul do país, contratados como consultores independentes com recursos próprios e provenientes da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Publicado: quinta-feira, 21 de maio de 2009, 13h12.

Seis flonas da BR-163 ganham conselhos consultivos

As Flonas beneficiadas são Amana, Creopri, Itaituba I e II, Altamira, Trairão; membros foram indicados de forma participativa

Foi publicado no Diário Oficial, de 14 de maio de 2009, a criação dos conselhos consultivos de seis flonas da BR-163. As unidades fazem parte de um mosaico de unidades de conservação na região de abrangência da rodovia BR-163, no oeste do

Pará. Além das flonas, há três parques nacionais, duas reservas extrativistas, e uma área de proteção ambiental.

Os conselhos das flonas têm objetivos descritos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) e sua prioridade é permitir maior participação democrática na gestão das Ucs.

"Esses conselhos vão garantir mais transparência para a gestão das flonas e serão um passo importante para os projetos de manejo florestal sustentável nessa região", afirma Antonio Carlos Hummel, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro.

Segundo a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/06), uma unidade de conservação de uso sustentável, só pode ser destinada à concessão florestal, se tiver, entre outras coisas, conselho consultivo oficializado.

Edvilson Sousa da Conceição, presidente da OnG Amigos do Parque Nacional da Amazônia (Amiparna), foi nomeado conselheiro da Flona Itaituba I. A organização que preside é sediada em Itaituba e desenvolve projetos de Educação Ambiental.

A Amiparna, que já participa do conselho na gestão do Parque Nacional da Amazônia, decidiu também indicar conselheiros em todas as quatro flonas com áreas no município de Itaituba: Amana, Crepori e Itaituba I e Itaituba II.

Segundo Edvilson, "acreditamos no uso sustentável dos recursos florestais e precisamos mudar o perfil da exploração florestal na região", afirma. "Antes de 2006, a gente via o desgoverno da atividade das madeireiras na região, quando a maioria dessas flonas não tinha sido criada" conclui.

Publicado: sexta-feira, 15 de maio de 2009, 13h21.

Serviço Florestal cria unidade regional no Nordeste

O Serviço Florestal Brasileiro vai ganhar um polo para conservar a Caatinga com sede em Natal (RN). Lá será instalada a Unidade Regional do Nordeste, que vai atuar sobre os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

A resolução Nº 1 de 2009, que trata da implementação da unidade, foi publicada no dia 11 de maio, Seção 1, página 96 do Diário Oficial da União.

"O surgimento da unidade vem em um contexto muito importante de transformar a gestão florestal no Nordeste e mostrar que a caatinga pode ser mantida de pé, ser manejada e gerar bens e serviços para aquela população", afirma o diretor-geral do Serviço Florestal, Antônio Carlos Hummel.

O bioma ocupa 844 mil km² do país, mas restam apenas 42% da cobertura florestal do ecossistema. O impacto vem da extração de madeira tanto para uso doméstico - responsável por 60% do consumo total de biomassa da região - quanto industrial. A lenha retirada dessa vegetação chega a representar 25% da matriz energética dos estados do Nordeste.

Hummel diz que a intenção é estimular a exploração dos recursos naturais de forma sustentável. "A caatinga é extremamente rica. Há um claro conhecimento de que a floresta, submetida ao manejo, responde muito bem", diz.

Atividades

A Unidade Regional do Nordeste deve funcionar na sede da superintendência do Ibama em Natal, com engenheiros florestais e técnicos que já atuam naquele órgão. O polo vai ajudar a implantar na região as políticas, diretrizes e ações no Serviço Florestal, que tem atuação nacional.

O Serviço Florestal Brasileiro conta com outras três unidades regionais. A primeira, do Distrito Florestal da BR-163, surgiu em 21 de janeiro de 2008. A segunda, de Purus-Madeira, tem sede em Porto Velho (RO) e foi criada em 19 de fevereiro. No mesmo ano surgiu a Unidade Regional do Sul, em 20 de junho.

Publicado: segunda-feira, 11 de maio de 2009, 13h26.

Pesquisador do LPF ministra curso para aprimoramento de combustíveis sólidos

O pesquisado Waldir Quirino, do Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal, vai ministrar, entre os dias 22 e 26 de junho, em São José dos Campos (SP), um curso para especialistas em aprimoramento energético na área de gaseificação (processo que possibilita o aperfeiçoamento da eficiência de combustíveis sólidos).

O módulo de Quirino será "Dimensionamento da Biomassa". Além dele, outros módulos estarão sob responsabilidade de pesquisadores do IPT, Unicamp, UFPA e Cirad (França).

O curso pretende aperfeiçoar mão-de-obra especializada de empresas e de governos para a melhor gestão energética. Serão 80 vagas ao todo, 40 para a área de Combustão e 40 para a de Gaseificação. Mais informações: (61) 3307-7124

Publicado: terça-feira, 28 de abril de 2009, 13h29.

Serviço Florestal capacita estados da Amazônia para gestão florestal

A equipe do Serviço Florestal realizou, em Brasília, no início desta semana, uma oficina com os estados da Amazônia sobre os princípios da Lei de Gestão de Florestas Públicas e dos processos de concessão florestal. A ideia é que esses estados possam promover concessões florestais em suas unidades de conservação.

Para isso, de acordo com as normas da nova lei, é preciso inicialmente elaborar um plano estadual de outorga florestal, a exemplo do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), publicado pelo Serviço Florestal.

Por meio dele, todas as ações da área florestal são identificadas previamente, garantindo transparência para a sociedade. Segundo Luis Estraviz, gerente de planejamento do Serviço Florestal, "quando um estado elabora um plano anual de outorga, são apuradas informações sobre questões sócio-econômicas e ambientais, que, de outra forma, não seriam levantadas".

Durante o encontro, o gerente do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, Gustavo Machado, capacitou os representantes para que produzam os próprios mapas estaduais e também para que integrem esses dados ao cadastro nacional.

Finalizado o encontro, os estados vão trabalhar na elaboração dos próprios planos, de acordo com as políticas florestais de cada um. Acre, Pará e Amapá já avançaram na implementação da nova lei e deverão publicar PAOFs este ano, cujo conteúdo fará parte do PAOF do Serviço Florestal 2010.

PAOF

Plano Anual de Outorga Florestal é Instrumento de gestão e transparência que, entre outras ações, identifica previamente as florestas públicas passíveis de concessão e descreve os processos para a prática de manejo sustentável e uso sustentável de recursos florestais.

Publicado: quarta-feira, 08 de abril de 2009, 13h32.

Hummel: "Resultados da gestão florestal vêm pela transparência"

O novo diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, tomou posse hoje em cerimônia presidida pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Hummel disse que a transparência com que o Serviço Florestal vem trabalhando é a segurança para alcançar os resultados e, segundo ele, "será com transparência que vou orientar minha gestão".

Durante o discurso, Hummel lembrou a aprovação da Resolução 379/06 pelo Conama, que estabeleceu um sistema público de dados sobre todos os controles florestais. Estratégia para a comunicação com a sociedade e também para a integração das políticas estaduais. "Sem essa resolução poderíamos ter 27 unidades da Federação trabalhando sem saber o que as outras estariam fazendo", afirma ele.

Como prioridade, Hummel citou as metas determinadas pelo planejamento estratégico do órgão. E disse estar atento à questão da estruturação dos recursos humanos do Serviço Florestal - que até agora não conta com quadro próprio de servidores.

Sobre a política de manejo florestal, afirmou que muita coisa já foi feita, mas ainda há bastante a se fazer. Para ele, a solução para o aprimoramento do uso sustentável dos recursos florestal passa diretamente pela normatização. "Não dá para ficar no esquema de cada cabeça uma sentença", afirma.

Por isso, segundo ele, a descentralização da gestão florestal com os estados é estratégica. Hummel considera que todas as ações que o Serviço Florestal opera em âmbito federal devem ser levadas a cabo também pelos estados. "Principalmente, a promoção de concessões florestais em unidades estaduais", afirma.

Antônio Carlos Hummel, funcionário de carreira do IBAMA e oriundo dos quadros do extinto Instituto Brasileiro de Florestal (IBDF), permaneceu na diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA (antiga Diflor) por mais de seis anos, atuando nas questões florestais e, mais recentemente nas de fauna e recursos pesqueiros.

Segundo ele, "o Serviço Florestal vai manter excelência técnica em suas atividades; inclusive manteremos a tradição de realizar processos seletivos abertos para todos os cargos de gerentes executivos, mesmo sendo estes cargos de livre provimento".

Uso e conservação

Durante cerimônia, Tasso Azevedo foi homenageado pelos Servidores do Serviço Brasileiro com uma placa comemorativa. Ele esteve à frente do Serviço Florestal desde sua fundação, em junho de 2006, e seguirá como assessor especial do ministério para a relação floresta e mudanças climáticas. Segundo ele, "o Serviço Florestal está apenas começando, tem uma equipe qualificada, motivada e dedicada; seu Conselho Diretor, sob a liderança do Hummel, levará a instituição ao cumprimento na missão de conciliar conservação e uso sustentável dos recursos florestais".

CV Hummel - Antônio Carlos Hummel é funcionário de carreira do IBAMA e oriundo dos quadros do extinto IBDF. Formado em Engenharia Florestal, com especialização em Direito Ambiental e mestrado em Ciências de Florestas Tropicais, Hummel atuou nos mais diversos cargos na Superintendência do IBAMA no Amazonas e coordenou o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia (ProManejo), projeto de cooperação internacional com resultados amplamente reconhecidos na área florestal.

O Diretor tem experiência docente e mais de vinte textos publicados na área ambiental, em especial sobre temas florestais da Amazônia. Atualmente, é diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do IBAMA, cargo que ocupou por mais de seis anos atuando nas questões florestais e, mais recentemente nas de fauna e recursos pesqueiros.

Na sua gestão consolidou ferramentas importantes para a gestão florestal do país, tais como o Documento de Origem Florestal (DOF) em substituição as ATPFs., ordenamento da exploração do mogno no país, consolidação do marco legal sobre manejo florestal na Amazônia, com a aprovação de duas Resoluções do CONAMA, definição de vários manuais técnicos, aprovação da Resolução CONAMA 379/06, que dá transparência a todos os controles florestais, coordenou o processo de descentralização da gestão florestal para os estados, entre outras medidas.

Está em fase final de testes e lançamento o Sistema de Licenciamento das Atividades Florestais (LAF). Na área de fauna silvestre, foi responsável pela implantação do SISFAUNA, sistema informatizado de controle das autorizações e licenças ligadas à gestão da fauna silvestre. Elaborou normas relacionadas à destinação de animais apreendidos e informatizou o anilhamento de aves de cativeiro para evitar fraudes e facilitar a fiscalização.

CV Tasso Azevedo -- o engenheiro florestal, Tasso Azevedo, esteve no Ministério do Meio Ambiente desde os primeiros dias do atual governo. Oriundo do terceiro setor, Tasso assumiu em 2003 a Gerência de Uso Sustentável de Recursos Florestais, passando a dirigir o Programa Nacional de Florestas no final do mesmo ano, onde ficou até junho de 2006. Neste período foi implementada a Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR) e, por meio de amplo processo de consulta, foi desenvolvido projeto de lei de gestão de florestas públicas que, além de gerar toda a regulamentação setorial, permitiu a criação do Serviço Florestal Brasileiro - como órgão de fomento do uso sustentável das florestas e gestor federal do sistema de florestas públicas.

A Lei 11.284 também criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, estabeleceu o conceito de concessões florestais e o processo de descentralização da gestão florestal para estados e municípios.

Em junho de 2006, Tasso Azevedo foi nomeado o primeiro diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro. Nesses três primeiros anos de implementação, foram estabelecidas a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e desenvolvidos os primeiros Planos Anuais de Outorga Florestal (PAOF). A primeira concessão florestal também aconteceu nesse período, beneficiando a Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

Tasso participou também da equipe que desenvolveu o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e as metas de combate ao desmatamento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, além de ter sido articulador do Fundo Amazônia.

Entre 2003 e 2008, avanços importantes ocorreram no setor florestal. A área anualmente plantada de florestas cresceu de 320 para 650 mil hectares por ano. Esse salto recebeu contribuição importante de pequenos produtores, que, em 2003, contribuíram com apenas 7% do total de florestas plantadas, mas fecharam 2008 com 25% do total.

A área de florestas naturais manejadas e certificadas cresceu de 300 mil para três milhões de hectares e a área de desmatamento na Amazônia caiu de 2,7 milhões para 1,2 milhão de hectares por ano. As novas políticas de incentivo às atividades florestais incluem hoje uma taxa de juros de apenas 4% fixo ao ano para projetos florestais financiados pelos fundos constitucionais e a floresta agora pode ser colocada em garantia para financiamentos florestais.

Publicado: terça-feira, 07 de abril de 2009, 13h34.